

Dermeval José Pimenta

HISTÓRIA DE

I
T
A
J
U
B
Á



1819

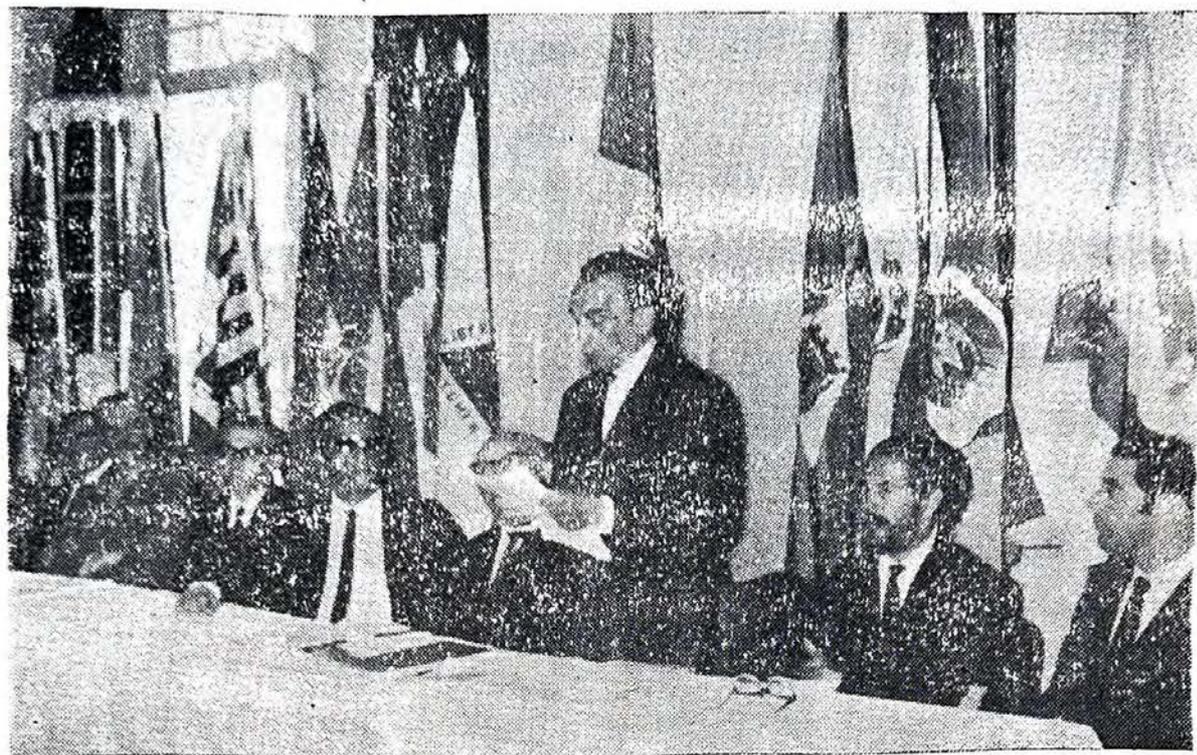
1969

Duas Palavras

Dr. Dermeval José Pimenta é uma das grandes figuras do cenário cultural de Minas: Presidente do Conselho Estadual de Cultura, Presidente do Instituto Histórico de Minas, membro da Academia Municipalista de Letras e várias outras entidades literárias e científicas, dentro e fora do Estado; engenheiro ilustre e, neste setor, com uma imensa fôlha de serviços a Minas e ao Brasil. Foi esse ilustre historiador que a Academia Itajubense de Letras trouxe a Itajubá para o discurso oficial da sessão solene que programou nas comemorações do SESQUICENTENÁRIO da fundação da cidade, em março último. Para os que desejaram conservar tão bonito trabalho, e para os que dele tiveram notícia e desejavam possuir exemplar, a Academia fez a presente publicação, sob o nome que lhe deu o autor: "ASPECTOS GERAIS DA HISTÓRIA DE ITAJUBÁ. É também, e muito belamente feito, um hino de louvor a Itajubá, aos seus grandes filhos que realizaram o seu progresso, ao seu renome, e também ao seu futuro.

Como não podia deixar de ser, publica o discurso que em nome da Academia proferiu o acadêmico, ilustre João Batista da Silva Fagundes, saudando o conferencista. Não se trata somente de um belo trabalho, mas um original discurso em versos, e que não podia faltar na introdução da conferência. E desse modo, a Academia Itajubense de Letras manifesta de público, ao Dr. Dermeval Pimenta, a gratidão que nos merece, pela honra que nos deu.

Júlio dos Santos
Presidente



Sessão solene da Academia Itajubense de Letras, comemorativa do Sesquicentenário da Fundação de Itajubá, quando pronunciava sua Conferência, o dr. Dermeval José Pimenta. Além do presidente, Prof. Júlio dos Santos, o Prefeito de Itajubá, Prof. Luis Carlos Tigre Maia, os drs. Juiz de Direito, Mario Carneiro Vilela, Jansen Pinto Nogueira, Presidente da Câmara; Cel. Airton Ribeiro da Silveira, Diretor da Fábrica de Itajubá, dr. Dárcio Pereira, Presidente do Rotary Club, o jornalista Sebastião Inocência Pereira, do O Sul de Minas, dr. João Arantes, Delegado de Polícia.

Saudação a Dermeval Pimenta

Honrou-me o bom presidente
Ao dar-me tal incumbência
De vir a Vossa Excelência
Saudá-lo em nome da gente!
que muito se faz contente
Por vê-lo cá nesta mesa
Em dando tanta beleza
À nossa festa singela
que se assim se faz bem mais bela
E ganha muito em grandeza!

Saudar DERMEVAL PIMENTA
É coisa que se disputa!...
E entro também na luta
Pois julgo a disputa benta.
Tão grande que nem se assenta
À minha pena tão pobre
Embora vontade sobre
De vir saudar DERMEVAL
O grande mestre genial
Que tantos lauréis encobre...

Nem sei quem tem mais valor
Se o mestre ou se o Engenheiro
Se o Rotariano mineiro
Se o chefe ou se o escritor!
Se o homem historiador
Se o que pesquisa minério...
É tanto título sério
Que eu fico muito sem graça
Para elevar minha taça
Nêste meu canto gaudério.

É muito bela figura
À testa lá do Conselho
Pois nêle se faz espêlho
Da fina flor da cultura.
E ao longo da sementeira
Cruzando o chão brasileiro
Foi mais que escritor mineiro
Foi homem de rijo braço
Forjando com ferro e aço
Seu mais fulgurante obreiro.

Andou pelo mundo inteiro
Fazendo viagens de estudo.
Na Europa viu quase tudo
Que havia para um olheiro.
De lá voltou mais mineiro
Mais forte nos seus ideais
Pois viu que temos demais
Aquilo tudo também!
E lá não tem nada além
Que falte em Minas Gerais!..

E foi na América um dia
Como perito de classe.
Mas nada viu que adiantasse
Aquilo que já sabia!
De tudo o que lá existia
Já vira coisas iguais
Pois nossos bons ancestrais
Já tinham tudo semeado
No sub solo dourado
Do chão de MINAS GERAIS.

Foi parte integrante então
De nobre Comissão Mixta
Que prosseguindo na pista
Foi lá bater no Japão!
E lá viu tudo na mão
Mas poucas coisas geniais
Que desse luz aos anais
E que aumentasse o conceito
Daquilo já dantes feito
No chão de Minas Gerais...

E percorrendo as Usinas
Bateu também lá na França
Levando a fé ea esperança
Da nossa grande USIMINAS!
E ouvindo tantas doutrinas
Lembrava coisas iguais
Pois viu que as máquinas tais
Naquela etapa anunciadas
Já eram pré-fabricadas
No chão das Minas Gerais...

E foi bater na ALEMANHA
No "Deutch über alles..."
Lembrando dos tantos males
Que nosso chão acompanha...
Mas viu que as nossas montanhas
São muito mais naturais
Mais ricas nos minerais
Que aquelas lá da Alemanha
E viu que ninguém mais ganha
Do chão das Minas Gerais...

Por isso voltou por onde
Deixara o chão brasileiro.
Passou no Rio de Janeiro
Que tanta beleza esconde...
E viu que a história do BONDE
Só conta coisas venais
Inventa fatos banais
Bem longe da quantidade
Daquilo que de verdade
Existe em MINAS GERAIS...

Saudar DERMEVAL PIMENTA
É coisa muito importante
E a gente se faz gigante
Quando essa missão enfrenta.
Meu verso aqui representa
A nossa grande alegria
Que dá vazão na poesia
Saudando a nobre figura
Padrão de letra e cultura
Que aqui ornamenta êste dia.

Saudar tal amigo e mestre
É mais do que ter ventura.
É coisa que traz finura
À grossa pena silvestre.
Que embora muito se adestre
Não chega para tal preito
Num verso pobre e mal feito
Mas que se faz bom pedaço
Só porque leva um abraço
Dos seus amigos do Peito!

João Batista da Silva Fagundes

ITAJUBÁ - MG, em 16 Março de 1969

ASPECTOS GERAIS DA HISTÓRIA DE ITAJUBÁ

A história do povoamento do Sul de Minas e, principalmente do Alto do Sapucaí, está intimamente ligada à de Taubaté, no Vale do Paraíba. Daí porque, antes de focalizarmos os aspectos gerais da evolução de Itajubá, no curso da história, necessário se torna que abordemos os primórdios daquela cidade paulista e as primeiras bandeiras que dela partiram em demanda dos sertões dos Goitacazes.

Pelos anos de 1636, o sertanista **FELIX JACQUES**, combatendo os índios que habitavam os sertões do Alto Paraíba, fundou o arraial de Taubaté. Elevado à categoria de vila, em 1645, transformou-se êle em ponta de lança e de apoio às bandeiras que viriam transpor a Serra da Mantiqueira à cata de índios e à procura das minas daqueles sertões.

Para êxito desta cobiçada aventura, era indispensável o descobrimento de uma passagem para a transposição da muralha da Mantiqueira. Avançando pelas paragens de Guaratinguetá, êsse bravo conquistador conseguiu transpor aquela serra pela garganta do Embaú e penetrou até os sertões do Rio Verde, abrindo, assim, as portas do planalto dos Goitacazes, através de picadas e caminhos quase inacessíveis.

Face a êsse acontecimento, novas ordens régias determinaram ao Governador da Capitania do Rio de Janeiro que promovesse a organização de bandeiras para o descobrimento das minas de esmeraldas já assinaladas pelas bandeiras que haviam subido o Rio Doce, no fim do século XVII.

Investido de podêres absolutos de chefe de bandeira e de Governador das terras de Esmeraldas, o opulento e destemido

FERNÃO DIAS PAES LEME partiu de S Paulo, aos 21 de julho de 1674, em direção a Taubaté e daí, procurando a garganta do Embaú, transpôs a Mantiqueira, alcançou o Planalto do Rio Verde, atravessou o Rio Grande, e, em Ibituruna, fundou o mais antigo povoado de Minas Gerais. Prosseguindo, passou pela Serra da Borda, penetrou na região de Paraopeba, fundou o arraial de Sumidouro, nas margens do Rio das Velhas e alcançou a Serra das Esmeraldas, em 1680. Ao regressar, trazendo as pedras colhidas, faleceu nesse arraial, em 1681.

Seu filho primogênito, GARCIA RODRIGUES PAES, que o havia acompanhado e dirigido o serviço de abertura de caminhos, recebeu ordem de El Rei e organizou uma nova bandeira. E, foi então, que êle pôde abrir, em definitivo, o caminho de S. Paulo para os sertões das Minas Gerais, permitindo o trânsito não só de pedestre, mas também de muares carregados com mercadorias. Foi êle igualmente que, em 1701, iniciou, à sua custa, a abertura do caminho que, partindo de Borda do Campo, iria ligar aquelas minas diretamente ao Rio de Janeiro, sede da Capitania.

Naquela ocasião, residiam na vila de Taubaté, as mais importantes e nobres famílias de S. Paulo, entre as quais se incluíam as de GARCIA VELHO, CUNHA GAGO, CABRAL, PIRES, PORTO DEL REI.

Dentre os sertanistas ali residentes, cumpre-nos destacar o sertanista MIGUEL GARCIA DE ALMEIDA e CUNHA que, unindo-se, na vila de Taubaté, à bandeira organizada, em 1694, por BARTOLOMEU BUENO, foi descobrir ouro nos sertões de Itaverava, em um ribeiro que recebeu, na ocasião, o nome de MIGUEL GARCIA. Uma outra comitiva dessa mesma bandeira, chefiada pelo coronel SALVADOR FERNANDES FURTADO DE MENDONÇA, tendo como ajudante, o Cap. MANOEL GARCIA, irmão de MIGUEL GARCIA, partiu daquela vila, em princípios de 1695, e ao chegar em Itaverava, tomou conhecimento da descoberta de ouro. Foi êste, então, adquirido por MIGUEL GARCIA que, imediatamente, regressou a Taubaté para que na forma do Regimento das

Minas, fôsse manifestada oficialmente o primeiro local em que se tirou ouro nas Minas Gerais.

Cumprindo essa missão, o Cap. MANOEL GARCIA, partiu novamente para as Minas, mas desta vez, acompanhado do seu sobrinho Sargento-Mor MIGUEL GARCIA VELHO.

Ambos descobriram depois outras minas de ouro, o primeiro em Ribeirão do Carmo e o segundo, em um pequeno afluente dêste.

Durante três anos, o Sargento-Mor, dadas as dificuldades surgidas quer quanto à própria extração do ouro, quer quanto à absoluta escassez de gêneros alimentícios, abandonou as minas, regressando a Taubaté, em 1702.

Entre os anos de 1703 a 1705, o Sargento-Mor, ora focalizado, partindo de Taubaté, galgou a Serra da Mantiqueira e, após transpor a garganta do Embaú, desceu até as cercanias da atual cidade de Passa Quatro. Não sendo seu intuito prosseguir em direção das minas de Ribeirão do Carmo, onde já estivera em 1699, e de lá regressara, talvez por não ter sido feliz em suas minerações, abandonou êle tal caminho, desviou-se para esquerda, seguiu o vale da Bocaina, transpondo a Serra dos Marins, alcançando o planalto do Capivarí e descobrindo pintas de ouro nas imediações do Corrego Alegre, em local que denominou Caxambu. Em seguida, encontrou melhores minas às margens do Rio Santo Antônio, em frente a uma grande cachoeira, com 40 metros de queda. Êste nôvo descoberto tomou a denominação de minas novas de Itagybá, nome indígena cuja significação é água que cai ou cachoeira. Transferindo-se então com sua família, fundou o arraial de Nossa Senhora da Soledade de Itagybá, situado entre o Rio Tabuão e o córrego do Rosário, onde é formado o Rio Santo Antônio, permanecendo minerando neste local durante quatro anos.

Essas minas por êle descobertas, não eram possantes, mas produziam o bastante para o sustento dos mineradores e de suas famílias. Em 1723, ainda se achavam em atividades, mas eram visíveis

seus sinais de esgotamento. Dêste modo, grande parte de seus mineradores viu-se na contingência de abandoná-las, a fim de estabelecerem pequenas fazendas para o cultivo da lavoura.

Até 1741, dois únicos caminhos davam ingresso a essas minas de Itagybá: o da garganta do Embaú e Serra dos Marins, por onde havia entrado o Sargento-Mór GARCIA, e o do campos de Capivari, aberto por GASPAR VAZ. Foi naquele ano, que o Capitão LAZARO FERNANDES, fazendeiro estabelecido no sopé da Mantiqueira, próximo a Lorena, no Vale do Paraíba, abriu uma picada por aquela Serra, fazendo um caminho mais suave, do que os dois outros então existentes, para encurtar a distância entre as minas e aquêle Vale. As comunicações tornaram-se mais fáceis, mais acessíveis, proporcionando, assim melhores condições para o rápido desenvolvimento do arraial, a essa altura enriquecido com novos habitantes.

Em 1762, foi o mesmo elevado à categoria de freguesia, subordinado ao Bispado de S. Paulo, cujo prelado, desejando ampliar sua jurisdição atual de tal sorte que surgiram vários núcleos de população, entre os quais o Capituba de Cima, que deu origem ao município de Pedra Branca; o Capituba de Baixo, do qual se originou a atual cidade de Cristina e o S. Caetano de Vargem Grande, atual cidade de Brasópolis.

Contudo, a decadência do velho arraial de Soledade pronunciava-se, cada vez mais, não apenas em decorrência da criação desses novos núcleos, para os quais se transferiram vários dos seus moradores, mas, sobretudo, porque, as suas minas já se achavam praticamente esgotadas. Este mesmo quadro se verificava nas diversas regiões auríferas da Capitania: as lavras se encontravam em franca decadência, os impostos continuavam cada vez mais escorchantes e, em consequência, os mineradores se dispersavam, o descontentamento se generalizava e bem visível já era a revolta da população oprimida.

Por essa ocasião, residia na Vila de Soledade de Itagybá, um oficial carpinteiro, ANTÔNIO LOPES DE OLIVEIRA, que exercia, também, a profissão de topógrafo ou medidor de terras, profissão essa

que tinha a denominação de Pilôto. Era êle também conhecido pelo curioso apelido de "Pouca Roupa", porque em andanças pelas matas para proceder medições, as suas roupas rasgavam-se e caíam em pedaços.

Pelos anos de 1788 e 89, desceu êle o Rio Santo Antônio, até a sua barra no Rio Sapucaí e penetrou nas matas virgens do seu vale, para medir e dividir as terras que vieram a constituir o primitivo município de Itajubá, a serem entregues aos sesmeiros, que delas só poderiam tomar posse após serem aprovadas as medições pelo Governador da Província, Visconde de Barbacena. Para obter esta aprovação, em 1789, partiu êle da Vilda de Soledade de Itagybá, em direção a S. João Del Rei e, ao pousar na estalagem da Vargem do Lourenço, encontrou-se com o Alferes JOAQUIM JOSÉ DA SILVA XAVIER, o Tiradentes. Êste Inconfidente, sempre entusiasmado, fêz-lhe, na ocasião, propaganda de suas idéias de transformar o Brasil em uma República. O Pilôto ANTÔNIO LOPES DE OLIVEIRA, após ouvir essa explanação revolucionária, hipotecou-lhe seu apoio. Eis, porque, ao se desenrolar o drama da Conspiração, foi prêso e condenado ao Exílio, tendo embarcado no mesmo navio que conduzia ao degrêdo, o Inconfidente THOMAZ ANTÔNIO GONZAGA.

Desde então, ainda mais se acentuou a dispersão das populações das Minas Gerais, porque além do esgotamento das lavras, havia o temor à repressão. Campeavam o mêdo e a miséria. A população abandonava as suas casas e os seus sítios, procurando as matas virgens, as terras férteis, os campos verdejantes, situados na imensidão do território da Capitania, para iniciar uma nova vida mais tranquila, em propriedades agrícolas e pastorís.

Aquí, no Sul de Minas, muitos mineradores das lavras exauridas da Soledade de Itagybá, da Campanha e do S. Gonçalo, por disporem às suas portas dos Vales do Sapucaí e do Rio Verde, dotados de terras de extraordinária fertilidade, para estas se transferiram, estabelecendo fazendas e florescentes núcleos de população.

FUNDAÇÃO DE ITAJUBÁ

Como já vimos, foi no fim do século XVIII que o Pilôto Inconfidente "Pouca Roupa" levantou o mapa das Sesmarias do Alto Sapucaí e as dividiu, mas somente nas duas primeiras décadas do século XIX, os antigos moradores da Soledade, que até então só tinham transações comerciais com o Vale do Paraíba, voltaram as suas vistas para a região do Sapucaí, que lhe ficava tão próxima. Os sesmeiros, ali residentes, não se animavam a descer as serras para tomar posse de suas terras porque ainda não havia sido ali plantado um cruzeiro, em torno do qual pudesse ser fundado um arraial ponto de apoio para as suas penetrações. A reduzida população de antigos mineradores já entregues à rudimentar cultura agrícola, enviava seus produtos para Lorena, de onde recebia, em cargueiros, o sal, o querosene e os tecidos de algodão. Por outro lado, aqueles que possuíam sesmarias e residiam na velha Vila em ruínas, já conheciam as suas terras, às margens do Sapucaí, não só pelas informações do Pilôto Inconfidente, mas também, pessoalmente, em excursões que ali fizeram. Eles tinham, pois, conhecimento de que, naquelas margens existia um morro denominado Ibitira, o qual dominava uma grande região muito menos acidentada.

Além disso, desde 1803, nas paragens da margem esquerda do Rio Sapucaí, e a vinte e poucos quilômetros da sede daquela freguesia e também do outeiro já ventilado, havia, por ordem do Bispo de S. Paulo, sido plantada uma cruz, ao redor da qual, em 1812, surgiu o pequeno povoado de Vargem Grande, posteriormente S. Caetano da Vargem Grande, e, atualmente, cidade de Brasópolis, cujas comunicações com Soledade, eram feitas apenas através de picadas ou de caminhos do Capivarí.

Quando em janeiro de 1819, procedente de S. Paulo, chegou à Soledade de Itajubá o Padre LOURENÇO DA COSTA MOREIRA, para entrar em exercício como Vigário da Freguesia, encontrou êle ambiente propício à criação de um novo núcleo de população, a ser situado às margens do Sapucaí, à jusante dos vales estreitos do

Santo Antônio e de Bicas e por onde aquêlo rio ondulava, entre férteis planícies entrecortadas de suaves colinas.

Entrando em exercício de suas funções de vigário, verificou êle imediatamente a impossibilidade de manter a sede da Paróquia em local desprovido de condições mínimas para se transformar em um centro irradiador da religião e da civilização e, alérn disso, aquela localidade, situada entre montanhas, era frigidíssima e tão atroz a falta de comércio e de víveres, que uma família, para ter uma honesta existência, teria que acautelar-se para não perecer à procura de gêneros alimentícios à grande distância.

O Vigário MOREIRA DA COSTA, bem jovem ainda, inteligente e dinâmico, imediatamente percebeu tôdas estas circunstâncias, e, após ouvir atentamente os conselhos dos que conheciam a região do Sapucaí, entre Piranguinho e a Barra de Santo Antonio, decidiu dois meses após a sua chegada, convocar os seus paroquianos para descerem o Vale estreito do Santo Antonio e fundarem um povoado em local menos acidentado, com terrenos mais férteis e clima mais quente e agradável. Assim, na madrugada do dia 18 de março de 1819, a população da velha Soledade de Itagybá, quase em massa, atendendo ao convite de seu vigário, formou uma caravana, chefiada pelo sacerdote, desceu a montanha pelos ásperos caminhos do estreito e encachoeirado Vale do Santo Antonio, até a sua barra no Rio Sapucaí. E ali, tomando balsas, desceu o rio, guiado por vários sesmeiros, que poderiam, enfim, tomar posse de suas terras. Essa caravana foi aportar-se à margem direita do Sapucaí, junto ao outeiro então chamado Ibitira pelos índios. O padre LOURENÇO, à sua frente, constatou, pessoalmente, ser aquêle morro dotado de excelentes condições para, nêle construir-se um pequeno povoado. Vigário e povo desembarcaram, subiram as encostas do morro e, durante a noite, no seu alto, roçaram o mato, construíram tosco cruzeiro, improvisaram uma pequena capela, coberta de sapê e, ao amanhecer do dia 19, o Pároco rezou a primeira missa, abençoando o local em que ia surgir o povoado da Boa Vista de Sapucaí, berço da

grande cidade que é hoje Itajubá. Por ser aquêles dia consagrado a S José, passou êste a ser seu padroeiro.

A partir de então, grande foi a afluência de novas pessoas que se estabeleceram em seus arredores, para fundar propriedades agrícolas. A população cresceu rapidamente. Em 1832, mais de 5.000 fiéis procuravam a Igreja da Boa Vista, enquanto apenas 1.000 se socorriam da Matriz de Soledade de Itajubá. E, por êste motivo, naquele ano, a séde da Paróquia, foi transferida de Soledade para a povoação da Boa Vista do Sapucaí.

Em decorrência dessa transferência, houve o célebre "Encontro" das povoações de ambas as localidades que disputavam a imagem de Nossa Senhora da Soledade, padroeira da Freguesia, então entronizada no Altar-Mor da Matriz da Soledade. Os historiadores são divergentes quanto à natureza dêsse "Encontro", uma vez que os elementos característicos do acontecimento, na sua maioria, foram colhidos por tradição dos antigos moradores de ambas as localidades. É assim que o eminente autor, GERALDINO CAMPISTA, historiador da antiga Soledade de Itagybá, atual cidade de Delfim Moreira, afirma que, enquanto os moradores do arraial da Boa Vista se preparavam para ir a Soledade, com o fim de trasladar a imagem para a Boa Vista, os habitantes daquela Vila se preparavam resolutamente para impedir, mesmo a mão armada, a projetada trasladação. Diz êle que, nesta altura dos acontecimentos, o Padre LOURENÇO interveio, ficando resolvido que o "Encontro" não seria de briga e sim de paz e conciliação. E ainda, que as procissões, oriundas de cada localidade, se encontrariam às margens do Rio Tabuão para receberem e trasladarem apenas os paramentos, continuando no altar de Soledade a imagem de Nossa Senhora.

Já o erudito pesquisador, J. ARMELIM, historiador de Boa Vista de Itagybá, atual cidade de Itajubá, chegou à conclusão de que aquêles "Encontro" foi realmente de briga e não de paz. Diz êle que a procissão saída de Boa Vista, para fazer a trasladação da Imagem, ao chegar às margens do Tabuão, foi bèlicamente recebida. Houve luta, e

a procissão recuou, permanecendo a Imagem de Nossa Senhora da Soledade no cimo do Altar da velha Igreja das minas de Itagybá. Os paroquianos de Boa Vista foram, no entanto, consolados pelo Padre LOURENÇO que encomendou uma Imagem de Nossa Senhora da Soledade, igual a que se achava no velho templo, mas em maior tamanho e que ainda hoje se encontra colocada no Altar-Mor da Matriz desta cidade.

TRANSPORTES

Estabelecida, portanto, a comunidade, necessário se tornou sua ligação com as localidades vizinhas.

A região do Sul de Minas, banhada pelas águas do Sapucaí-Mirim e do Alto Sapucaí Grande é cercada pelas Serras da Mantiqueira, Cambuí e Palmital. Achando-se muito próxima da Província de S. Paulo, não acompanhou, no entanto, até o fim do regime imperial, o progresso daquela Província, não só porque os transportes, excessivamente difíceis e caros, entorpeciam a lavoura, mas também porque as transações comerciais absorviam os lucros dos seus produtos, provocando, assim, a estagnação do progresso da região.

Não havia estradas e sim caminhos pelos quais se faziam as suas comunicações com o Vale do Paraíba, que era, então, a via franca para atingir as capitais do Império e da Província de S. Paulo. Embora o Sul de Minas fizesse parte integrante da Província das Minas Gerais, as suas ligações comerciais com as regiões centrais e com a antiga Capital Ouro Prêto eram praticamente nulas, havendo tão somente ligações de ordem política e administrativa.

Quando, porém, no fim do Império e nos primeiros anos da República, os governos passaram a fazer concessões para a construção e exploração de Estradas de Ferro, mediante incentivo de privilégios e garantias de juros sobre o capital empregado, um surto de esperança e entusiasmo sacudiu a população desta região. Até então, suas comunicações, como já vimos, se faziam por caminhos abertos pelos bande-

rantes, quando transpuseram a Mantiqueira na garganta do Embaú, ligando o Vale do Paraíba ao interior das Minas dos Goitacazes. As tropas dos fazendeiros do Alto Sapucaí utilizavam-se, também, dos caminhos, passando por Itajubá, Soledade de Itajubá, Garganta do Registro, até Lorena, ou ainda por Vargem Grande, atual Brasópolis, S. Bento e Pindamonhangaba. As regiões do Rio Verde e Baixo Sapucaí preferiam o caminho de Passa Quatro, Embaú e Cruzeiro.

A primeira Estrada de Ferro que penetrou o território Sul Mineiro foi a "Minas e Rio", originária de uma concessão feita em 1875, pelo Governo Imperial, ao Brigadeiro JOSÉ VIEIRA COUTO DE MAGALHÃES e ao Visconde de MAUÁ. Constituída a empresa em 24 de abril de 1880, a construção da Estrada iniciou-se em 21 de abril de 1881, em Cruzeiro, onde já passava a Estrada de Ferro Dom Pedro II. Toda a extensão do trecho entre Cruzeiro e Três Corações, assim como o túnel da Mantiqueira, foram simultaneamente atacados. Tal era o interesse do Governo Imperial por essa estrada, que S. M., o Imperador Dom Pedro II, esteve presente, não só à inauguração do túnel, aos 5 de março de 1883, mas, também, aos 14 de junho de 1884, à inauguração da linha entre Cruzeiro e Três Corações, numa extensão de 170 quilômetros.

O Governo da Província de Minas, voltando suas vistas para o Sul do Estado, expediu, dois anos após essa inauguração, a Lei n.º 3384, de 15 de junho de 1886, que o autorizava a conceder, a quem melhores condições pudesse oferecer, privilégio por cinquenta anos para a construção, uso e gozo, de uma Estrada de Ferro de bitola de um metro, com garantia de juros de 3%, durante o prazo de 30 anos, partindo de ponto conveniente da Estrada de Ferro Minas e Rio e a terminar em Poços de Caldas, via Cristina, Itajubá e Pouso Alegre.

O concessionário teria ainda que se obrigar a manter navegação a vapor no Rio Sapucaí, sem privilégio e sem nenhuma remuneração oficial e a ser feita desde as imediações de Pouso Alegre, até o ponto mais conveniente, no município de Campanha.

A região do Alto Sapucaí passou, então, a ser disputada pelos pretendentes de concessões ferroviárias. Assim é que, aos 14 de março de 1887, o senhor CARLOS EULER e o Engenheiro CARLOS EULER FILHO, apresentarem ao Govêrno Imperial, uma exposição solicitando a concessão e privilégio de uma Estrada de Ferro pelo prazo de sessenta anos, partindo da Estação de Cruzeiro, passando pela Freguesia de Soledade, cidade de Itajubá e povoações de Conceição dos Ouros, Borda da Mata e Jacutinga, terminando na Estrada de Ferro Mogiana, em S. Paulo, nas proximidades de Mogimirim.

O estudo e o projeto foram elaborados pelo Engenheiro CARLOS EULER FILHO, que, posteriormente, tornou-se um técnico ferroviário dos mais conceituados do Brasil, chegando a ser Diretor da Estrada de Ferro Central do Brasil. Aquela Estrada, pelo estudo e levantamento procedidos, mostrou-se de grande importância econômica para o Alto Sapucaí, porque encurtava as distâncias para atingir-se a cidade de Cruzeiro. O traçado, partindo da Estação de Cruzeiro, na Estrada de Ferro Dom Pedro II, procurava o Rio Embaú, costeava a Serra da Mantiqueira e atingia a Garganta do Registro, por onde atualmente passa a rodovia Itajubá-Lourena. Até aí o percurso era de 43 quilômetros, atingindo Soledade com 54 quilômetros, Itajubá com 82 quilômetros, Borda da Mata com 170 quilômetros e Jacutinga com 230.

Como era natural, as duas concessões de estradas, uma ligando o Vale do Sapucaí à Minas e Rio, em Soledade do Rio Verde e a outra ligando-o diretamente a Cruzeiro, na Estrada de ferro Dom Pedro II, provocaram desentendimento entre os habitantes das diversas cidades, vilas e povoados, a serem por elas servidos, uma vez que, se adotado um dos traçados, o outro seria sacrificado.

Face a essas divergências, realizou-se, nesta cidade, aos 13 de abril de 1887, uma Assembléia popular, com mais de trezentos cidadãos, representando os habitantes daqueles núcleos de população interessados, a fim de discutirem e deliberarem qual seria a Estrada de Ferro de sua preferência. Essa Assembléia, conhecida por "MEETING de

Itajubá”, foi realizada na sala da Câmara Municipal, sob a presidência do Dr. ADOLFO AUGUSTO OLINTO, Juiz de Direito da Comarca e secretariada pelos senhores JOÃO RAMOS DE LIMA e SIMPLÍCIO VILAÇA. Encerrados os debates e pôsto em votação, foi aprovado por 111 votos o traçado de CARLOS EULER, ligando Cruzeiro a Mogimirim, passando pela Garganta do Registro e Itajubá. O outro traçado, saindo de Soledade de Rio Verde e passando por Cristina, obteve apenas seis votos favoráveis. Quinze votantes declararam-se neutros e outros deixaram de votar.

O Govêrno Imperial, porém, não concedeu privilégio para a construção desta Estrada, porque o Govêrno da Província já havia dado concessão para ligação do Vale do Sapucaí à “Minas e Rio”, em Soledade do Rio Verde, na “Minas e Rio”.

Malograda, pois, essa pretensão, os engenheiros CARLOS EULER JÚNIOR e RAIMUNDO DE CASTRO MAIA celebraram contrato com o Govêrno de Minas, para construir e explorar a Estrada de concessão da Província, passando por Cristina, Itajubá e Pouso Alegre, até os limites de S. Paulo, no município de Ouro Fino, ficando prejudicada a ligação com Poços de Caldas.

A primeira Diretoria da Companhia Viação Férrea Sapucaí, concessionária da Estrada Sapucaí, era constituída pelo Senador ANTÔNIO CÂNDIDO DA CRUZ MACHADO, Visconde do Sêrro Frio; pelo Tenente-Coronel ANTÔNIO CARNEIRO SANTIAGO e por LUIZ RAFAEL VIEIRA SOUTO. Os trabalhos da Estrada iniciaram-se em 1889, partindo da Estação de Soledade, na “Minas e Rio”, estando presentes o Presidente da Província de Minas e os diretores da Estrada. Entre os presentes que assinaram a Ata da Cerimônia, estavam os senhores: Dr. ANTÔNIO GONÇALVES FERREIRA, Presidente da Província de Minas Gerais; LUIZ RAFAEL VIEIRA SOUTO e Tenente-Coronel ANTÔNIO CARNEIRO SANTIAGO; FRANCISCO BRAZ PEREIRA GOMES, CRISTIANO PEREIRA BRASIL, ALFREDO CARNEIRO SANTIAGO, FAUSTO DIAS FERRAZ, JOSÉ CARNEIRO DE REZENDE,

CARLOS EULER e SILVESTRE FERRAZ. Iniciado em 3 de fevereiro daquele ano, o trecho entre Soledade e Itajubá, ficou concluído dois anos após, tendo sido inaugurada a Estação de Itajubá, aos 25 de setembro de 1891.

Naquela mesma ocasião, foi constituída a Companhia de Navegação Sul Mineira, destinada a promover a navegação a vapor nos rios Verde e Sapucaí. Antes, porém, vários barcos já transitavam por êstes rios, transportando sal e mercadorias, procedentes do Rio de Janeiro e voltavam carregados dos produtos das suas lavouras.

Em 1919, o Primeiro Batalhão de Engenharia do Exército ficou incumbido de construir a Estrada de Ferro Piquête a Itajubá e, tendo em vista êste objetivo, transferiu-se para esta cidade, onde permanece até hoje. Essa Estrada, que passou a ser ramal da antiga Rêde Mineira de Viação, paralizou-se em Delfim Moreira, tendo sido recentemente abandonada por ser antieconômica.

Com a adoção dos transportes ferroviários e fluviais, o Sul de Minas tomou grande impulso em seu desenvolvimento econômico, social e político. As lavouras de cereais prosperaram e a produção de café desta região obteve aceitação mundial. A pecuária também prosperou bastante, mas a indústria somente pôde expandir-se quando Itajubá foi servida de energia elétrica, nos primórdios dêste século. Êste desenvolvimento mais se acentuou à medida que seus caminhos de tropas e as suas estradas com piso de terra se transformaram em rodovias de boas condições técnicas e com pistas de asfalto. A primeira estrada que recebeu tal melhoramento foi o primitivo caminho entre Itajubá e Piquête, transformado pelo Exército em uma rodovia asfaltada. Posteriormente, foram implantadas e asfaltadas, a grande rodovia Fernão Dias, ligando S. Paulo a Belo Horizonte, assim como a estrada entre Itajubá, Pouso Alegre e Poços de Caldas, cruzando a Fernão Dias.

Tal rêde de modernas rodovias aproximou esta cidade dos grandes centros consumidores e industriais do país, e, interligou o Sul de Minas às regiões centrais do Estado. Atualmente, Itajubá está li-

gada por asfalto, a S. Paulo, por 224 quilômetros; à Guanabara, 331 e a Belo Horizonte, 440 quilômetros.

ENERGIA ELÉTRICA

Não basta, porém, apenas o estabelecimento de comunicações para que uma região atinja seu plano desenvolvimento. É preciso que ela disponha também de apreciável potencial energético e, por isso mesmo a sua gente dinâmica não permaneceu alheia ao problema.

A primeira Usina hidrelétrica instalada no Brasil, foi a de Juiz de Fora, em 1889, para fornecer energia e iluminação àquela cidade e a uma Fábrica de Tecidos que ali fôra instalada. Naquele ano, Itajubá era iluminada a querosene e lampiões de fôlhas de flandres envidraçados e pintados com duas mãos de pixe. Êsses lampiões só eram acesos nas noites que não fôssem de luar e apagados às 23.00 horas.

Em 1907, havia em Minas Gerais dezesseis Usinas Hidrelétricas, entre as quais se encontrava a de Tolêdo, situada nas proximidades desta cidade inaugurada aos 12 de janeiro daquele ano. Nesta mesma data, foi também inaugurada a iluminação elétrica da cidade, sendo ela a primeira no Sul de Minas a ser dotada de tal progresso. A Usina de Tolêdo compunha-se de um gerador de 300 HP., acionando dois alternadores que atendiam à iluminação pública e à indústria. Com o progresso do município, tornou-se necessário aumentar sua potência, tendo sido construída uma outra Usina situada na cachoeira do rio Lourenço Velho, com a capacidade de 1.700 HP. Em 1947, construiu-se a terceira Usina, em S. Bernardo, com a capacidade de 8.000 HP., ampliada mais tarde para um total de 14.000 HP.. O Ministério da Guerra, em 1932, construiu a Hidrelétrica de Bicas do Meio e estabeleceu a Rêde Elétrica Piquête - Itajubá (R.E.P.I.), destinada a fornecer energia, não só a fábrica de Itajubá, mas também à de Piquête. Em 1957, instalou-se uma Auxiliar desta Usina, com a potência de 80 HP..

A Companhia Sul Mineira de Eletricidade, que abastecia de energia elétrica o Sul de Minas, dada a potencialidade econômica desta região, não estava atendendo a demanda solicitada. Daí, porque, em 1967, a CEMIG adquiriu seu controle acionário e planejou a remodelação das instalações existentes, de modo a colocá-las de acordo com o alto padrão da empresa e com pujança econômica regional.

INDÚSTRIAS

Dispondo de uma sólida infra-estrutura básica e dado o caráter dinâmico de seus filhos, Itajubá não ficou alheia ao desenvolvimento industrial que se vem verificando em inúmeras regiões do País e procurou, desde logo instalar suas pequenas indústrias. Os produtos de sua lavoura e pecuária transformavam-se, nas fábricas então rudimentares, em aguardente, rapadura, fumo de corda, arreios, chapéus, massas alimentícias e doces, os quais, não somente eram consumidos pela sua população, mas, ainda, exportados em cargueiros de tropas e balsas do rio, para os municípios vizinhos e mesmo para o Rio de Janeiro, através dos caminhos da Mantiqueira.

Tão logo esta região foi servida por Estrada de Ferro, essas pequenas indústrias se desenvolveram, mas somente a partir de 1907, com a construção da Usina Hidrelétrica de Tolêdo é que elas puderam entrar em fase mais dinâmica. Assim é que a Companhia Industrial Sul Mineira, fundada em 1908, pôde inaugurar a Fábrica Codorna, primeiro estabelecimento de tecidos da cidade. Em 1926, instalou-se a Fábrica de Morim, denominada "Dona MARIA CARNEIRO", de propriedade da firma ALCIDES FARIA & CIA., e que se acha atualmente em franca produção. Posteriormente, surgiu a terceira fábrica de tecidos, pertencente aos irmãos HADDAD. Na atualidade, existem na cidade inúmeras outras fábricas que vêm contribuindo de modo admirável para o seu progresso comercial e industrial, sendo justo assinalarmos os nomes de alguns de seus pioneiros como WENCESLAU BRAZ, JOSÉ ANTÔNIO PEREIRA, JOÃO CARNEIRO SANTIAGO JÚNIOR, XAVIER LISBOA, LUIZ DIAS PEREIRA, MIGUEL SOUZA VIANA, ALCIDES FARIA e os

irmãos NEIF e ANÍSIO HADDAD.

O Governo Federal, através do Ministério da Guerra, também contribuiu decisivamente para o desenvolvimento industrial desta região, sobretudo, nesta cidade, mediante a localização da Fábrica de Canos e Sabre para armamento portátil, conforme Aviso n.º 6, de 18 de janeiro de 1934, expedido pelo General ESPÍRITO SANTO CARDOSO. Essa indústria, que tem hoje o nome de Fábrica Itajubá, além de armas de emprêgo militar, produz armas de caça para uso civil, facas, pregos, telas de arame e diversos outros artigos.

Pelos dados colhidos no levantamento procedido pela Agência Municipal de Estatística do IBGE., o município conta, entre grandes e pequenas fábricas, com 112 estabelecimentos industriais em atividade, dos quais, 47 com mais de cinco operários cada um. A produção industrial, em 1967, elevou-se a dezesseis milhões cento e sessenta mil cruzeiros novos.

Na agricultura acham-se registradas pelo IBRA 1.149 propriedades rurais, cuja produção atinge o valor de um milhão duzentos e noventa e nove mil cruzeiros novos, sobressaindo a cultura de café, cereais, cana de açúcar, fumo e batata inglesa.

Na pecuária, o principal produto é o leite. Os produtos de origem animal, alcançaram, em 1967, o valor de três milhões setecentos mil cruzeiros novos. No comércio, há 530 estabelecimentos varejistas e três atacadistas, com um valor de vendas de, aproximadamente, NCr\$ 19.323.314,00.

Por êstes dados estatísticos, Itajubá, ao comemorar o 150.º Centenário de sua Fundação, apresenta uma base econômica bem demonstrativa da operosidade de sua população, contando ainda, como já dissemos, com uma infraestrutura básica para se transformar em um grande centro industrial.

O alcance de tôdas as metas econômicas foi grandemente facilitado e mais ainda sê-lo-á, no futuro, porque a comunidade itajuben-

se nunca se esqueceu de que um dos baluartes do futuro da Nação repousa na Escola.

EDUCAÇÃO

A instrução pública na Província de Minas, no século XVIII estava em completo abandono. O analfabetismo era generalizado. A partir de 1760, com o esgotamento das minas, houve a dispersão, em massa, da população das regiões de mineração para os diversos pontos da Província, conforme, aliás, já assinalamos. Surgiu, então, grande número de núcleos de população, situados em locais completamente desprovidos de qualquer meio de comunicação. Não havendo escolas, as crianças cresciam analfabetas e poucas podiam aprender a ler e a escrever, através de professores particulares contratados por seus próprios pais.

Fundado em 1819, o arraial de Boa Vista do Sapucaí só conseguiu a instalação de sua primeira Escola primária e, apenas para o sexo masculino, em 27 de março de 1828, enquanto a do sexo feminino o foi em 1856. Quando, em 1868, teve a honra de receber a visita da Princesa IZABEL e do Conde D'EU, já havia na localidade três (3) escolas do curso primário, sendo uma do sexo masculino e duas do feminino.

Ao realizar-se nesta cidade, em 1907, o 1.º Congresso das Municipalidades do Sul de Minas, com a presença do Presidente JOÃO PINHEIRO, focalizou-se, o problema do ensino primário, tendo ficado decidido, na ocasião, que as Câmaras Municipais colaborariam com o Estado, tomando a iniciativa de impulsionar o desenvolvimento da Instrução Pública e, por excelência, da particular. Essa recomendação, desde aquela época tem sido cumprida pela comunidade. De acordo com os dados estatísticos fornecidos pela Municipalidade, atualmente, o município conta com doze (12) Grupos Escolares, dezesseis Escolas Isoladas ou Combinadas, com um total geral de 7.384 alunos. As Escolas Municipais são em número de 17, enquanto as particulares são de 7, possuindo o município, 10.000 alunos no curso primário.

Quanto ao Ensino Médio, era êle praticamente inexistente, nos primeiros anos da Independência do nosso país. De tal modo sua precariedade se sobressaía em Minas, que o Deputado Provincial, JORGE BENEDICTO OTTONI, pai dos grandes brasileiros THEÓFILO e CHRISTIANO OTTONI, ao propor ao Conselho Geral da Província, a criação de um Curso de Instrução, a ser instalado em cada uma das cabeças das comarcas da Província, declarou que considerava como *desgraçado* o estado da Instrução Pública na Província. O Curso que sugeriu na época constava de três aulas: gramática brasileira e ensino da língua francesa; aritmética, álgebra e geometria; geografia e história.

No que tange a Itajubá, seu ensino médio iniciou-se em 1871, com a fundação do Liceu Itajubense, seguindo-se outros, entre os quais a Escola Normal Municipal, em 1894. Atualmente, o município possui 17 estabelecimentos, sendo nove (9) colégios, três (3) estabelecimentos de ensino industrial, três (3) de ensino normal, um (1) agrícola e um (1) comercial, com um total de 4 636 alunos.

Dentre êstes, cumpre-nos salientar a Escola de Horticultura e a Escola Industrial da Fábrica de Itajubá, sendo a primeira criada em 1910, com a denominação de Instituto Dom Bosco, pelo então Presidente do Estado, Dr. WENCESLAU BRAZ PEREIRA GOMES, e, a segunda, em 1942 pelo Ministério da Guerra, transformando-se, posteriormente, em Escola Profissional que tão relevantes serviços vem prestando à mocidade desta cidade.

Quanto ao ensino superior, Itajubá, ao completar o 150º de sua Fundação, possui 5 estabelecimentos: a Escola Federal de Engenharia de Itajubá, com 534 alunos; a Faculdade de Ciências Econômicas do Sul de Minas, com 119 alunos; a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, com 250 alunos; a Escola de Enfermagem WENCESLAU BRAZ, com 76 alunos e a Faculdade de Medicina, com 60 alunos, num total geral, portanto, de 1.039 alunos. Dentre elas, é de justiça que se destaque a Escola Federal de Engenharia, antigo Instituto Eletrotécnico de Itajubá, fundada pelo eminente e inesquecível Prof. THEODOMIRO

SANTIAGO. Tendo iniciado seu ensino, em 1902, com o nome de Instituto Eletro-Mecânico, em uma sala do Antigo Ginásio de Itajubá, sua inauguração oficial, deu-se em 1913, em prédio próprio, contando com a presença do Presidente da República, Marechal HERMES DA FONSECA; do Vice-Presidente WENCESLAU BRAZ e de altas autoridades federais e estaduais. A primeira turma deste estabelecimento foi de dezesseis engenheiros eletro-técnicos. Em 1917, foi êle equiparado ao ensino superior. Atualmente, acha-se transformado em Escola Federal de Engenharia, onde se ministra o ensino, sob a mais categorizada técnica e em instalações moderníssimas, sendo, portanto, uma Escola paradigma do ensino técnico no Brasil.

CULTURA

Tanto os fundadores desta cidade, quanto seus descendentes, jamais ficaram indiferentes ao progresso cultural.

A partir da segunda metade do século XVIII, quando o esgotamento das minas auríferas provocou a decadência da região mais povoada e civilizada da Província, trazendo-lhe mesmo a miséria, grande parte da população dispersou-se para fundar fazendas agrícolas em matas e terras férteis, ou em campos apropriados à pecuária, como aliás, já vimos. Na imensa solidão do vasto território mineiro, êsses antigos mineradores levantaram cruzeiros, ergueram capelas, ao redor dos quais, êsses novos agricultores ou criadores de gado construíram povoados, onde puderam praticar atos religiosos, enterrar os seus mortos, efetuar transações comerciais e estabelecer escolas para o ensino das primeiras letras aos seus filhos.

Dadas as dificuldades de meio de comunicação para ligar êstes núcleos aos maiores centros, procuraram êles desde o início, dotá-los de elementos indispensáveis a uma vida social onde, além do ensino, pudessem ter o prazer de ouvir a música, as serenatas, os teatrinhos e de ler os livros e fazer discursos nos grêmios literários, etc.. Em alguns povoados, que se transformavam em vilas e cidades, o ensino e a cultura tomaram formas mais amplas. Foi o que aconteceu

nesta cidade, conforme nos relata o seu historiador J. ARMELIN, Itajubá teve a ventura de ser seu fundador um sacerdote nôvo, inteligente, ousado, ativo, trabalhador e culto. Era êle exímio harmonista, tendo organizado, de início, um grupo coral, que, durante a missa, com as suas vozes de pioneiros, cheios de amor pelo pequeno povoado, deleitavam todos aquêles que, ajoelhados no alto da colina, do morro da Boa Vista, anteviam o grandioso futuro da localidade que se lhes derramava aos pés.

No último quartel do século passado, aqui nasceram três maestros e compositores de renome nacional, e mesmo internacional, que foram LUIZ RAMOS DE LIMA, JOSÉ RAMOS DE LIMA e FRUTUOSO DE SOUZA VIANA, os quais, naquela época, sublimaram-se na arte musical.

No setor do teatro, os circos de cavalinhos ambulantes propiciaram à população momentos de diversão, com seus artistas, palhaços e charangas e mesmo com alguma representação burlesca.

A arte dramática era então representada por grupos de amigos do teatro. Em 1868, foi inaugurado o Teatro Santa Cecília. Outras associações culturais surgiram, mas somente com a criação da Cultura Artística de Itajubá aprimorou-se o gôsto artístico da sociedade e sobretudo da juventude.

Tão logo surgiram os primeiros jornais editados nesta cidade, apareceram os cronistas, prosadores e poetas, que até então não tinham podido dar publicidade aos seus pendores literários. É nas velhas coleções da Imprensa local que se encontram as produções de seus primeiros intelectuais. Faltava-lhes, porém, uma associação literária, para congregar êsses escritores. E, para sanar esta lacuna, o Prof. JÚLIO DOS SANTOS fundou, em 15 de agosto de 1964, a Academia Itajubense de Letras. De conformidade com os seus Estatutos, tem ela por finalidade, unir escritores, cultivar e difundir as letras, promover o intercâmbio cultural com entidades congêneres e a realizar concursos literários. Esta entidade, que já vem prestando assinalados serviços à comunidade local, no cam-

po das letras, terá um futuro brilhante, já que Itajubá, hoje é um centro universitário de primeira ordem, possuindo um vasto corpo de professôres e de alunos, que lhe irão dar ampla, a mais ampla contribuição cultural.

Quanto à pintura, cabe prioridade a um escravo de nome DOMINGOS COSTA, que, embora nascendo em uma senzala, conseguiu pintar retratos e paisagens de bom gosto. Entre os pintores de renome nacional, inclui-se um ilustre filho desta cidade, o artista ANTÔNIO DE SOUZA VIANA. Outro pintor, aqui nascido, foi LUIZ TEIXEIRA, em homenagem ao qual, foi fundado, em 1955, o Clube de Pintura que recebeu seu nome e cujo Presidente de Honra, é o Dr. JOSÉ ERNESTO COELHO, Professor Catedrático do Instituto Eletrotécnico, também consagrado pintor.

No que se refere à Imprensa, desde o surgimento, em 12 de maio de 1862, do 1.º jornal Itajubense, intitulado "O ITAJUBÁ" tem ela sido um elemento primordial na grandiosa obra de impulsionar o movimento econômico, social, artístico, histórico e literário desta cidade. E porque não dizê-lo: do próprio Sul de Minas. Atualmente, os semanários editados nesta cidade "O SUL DE MINAS", "A VOZ DO SUL" e a "VOZ DO POVO", continuam a tradição dos antigos periódicos locais, pugnando sem desfalecimento, em prol do bem-comum.

Contando com uma população de 53 934 habitantes, sendo 41.015 no perímetro urbano e 12.919 na zona rural, o município de Itajubá, de acôrdo com dados levantados pela Agência Municipal de Estatística, da Fundação IBGE., possuía em 1968, 78 estabelecimentos de ensino, em seus 3 graus com um total de 16.328 alunos matriculados. Mediante tais dados verifica-se que mais de 1/3 (um têtço) da população estêve recebendo instrução, em estabelecimentos oficiais e particulares, durante o ano anterior.

Quanto às entidades culturais enquadradas no Questionário do Conselho Estadual de Cultura, destinado a colhêr dados para o Zoneamento Cultural do país, segundo solicitação do Conselho Federal

de Cultura, a Municipalidade encontrou a existência de 7 bibliotecas, sendo uma pública, seis museus, um dos quais, público; 6 entidades culturais, dentre as quais se destaca a Academia Itajubense de Letras.

Como acabamos de ver, Itajubá está dotada de estabelecimentos de educação que a colocam em posição de destaque em nosso Estado, mas, no setor cultural, que é uma complementação do ensino, ainda não alcançou a fase de desenvolvimento atingido por este, embora, sem dúvida, já se encontre em boa situação, em relação às grandes cidades mineiras.

A disparidade de tratamento entre o ensino e a cultura apresenta-se em todo o território mineiro. As atividades culturais se manifestam através de entidades que se dedicam às letras, às artes, às ciências humanas e à história, à análise sociológica, exposições, teatros, livros, televisão, discoteca, filmoteca etc..

Nos grandes centros há melhores condições para o florescimento de tôdas estas instituições, com organização própria, mas, nas comunidades do interior, principalmente, naquelas que possuem reduzida população, torna-se mais difícil a sobrevivência das mesmas.

Uma das modalidades que estão permitindo a integração das entidades culturais em pequenas ou médias cidades é a criação de Casas de Cultura. Estas não se destinam à promoção de grêmios recreativos ou desportivos. O Professor CLARIVAL DO PRADO VALLADARES, ilustre membro do Conselho Federal de Cultura, definiu-as, perfeitamente, afirmando que "ELAS SERÃO SEDE DE LIVROS, DE EXPOSIÇÕES ITINERANTES, PARA O CONSUMO DOS ACERVOS RE- TIDOS, DE ATIVIDADES TEATRAIS, MUSICAIS, LITERÁRIOS, DE CINEMA E TÔDA A NATUREZA ARTÍSTICA, TANTO DO ANSEIO DAS PEQUENAS COLETIVIDADES COMO IGUALMENTE NECESSÁRIAS AOS ATÔRES E ARTISTAS CRIADORES".

Deverão estas casas ser instaladas, primordialmente, onde os houver, em velhos prédios, que pela sua significação histórica ou

pelo seu valor artístico ou documental, mereçam ser adaptados a esta finalidade. Deverão elas, ainda, ser dotadas de bibliotecas, filmotecas, discotecas, pequeno museu, sala para auditório destinado a conferências, projeção de filmes documentários e palcos para teatros.

A sua instalação, poderá iniciar-se aproveitando, por exemplo, uma biblioteca já existente na localidade, criando-se, em seguida, um pequeno museu, um auditório para as conferências, um palco para as representações teatrais, uma sala de exposição, filmoteca, discoteca etc.

À medida que forem ocorrendo tais instalações, reconhecidas como instituições culturais, poderão elas contar com a assistência não só da Municipalidade, como dos Conselhos Federal e Estadual de Cultura, que são os órgãos governamentais incumbidos de formular a política cultural, de coordenar os planos de cultura, promover a difusão da cultura científica, literária e artística, defender a conservação do Patrimônio Histórico e Artístico do País e do Estado, e conceder auxílio ou subvenções às instituições culturais, oficiais ou particulares, legalmente reconhecidas como de utilidade pública.

Achando-se o Conselho Federal de Cultura, o Instituto Nacional do Livro, assim como o Conselho Estadual de Cultura vivamente empenhados na criação, organização e manutenção destas unidades de Cultura, mediante a celebração de convênios, permitimo-nos sugerir a todos quantos aqui se dedicam às atividades culturais, promoverem a fundação de uma Casa de Cultura Municipal, a ser instalada, como sendo um marco comemorativo do 150º Centenário de Fundação desta cidade. As bases para a constituição desta Unidade, com a assistência dos órgãos municipais e federais, estão sendo estudadas pelo Instituto Nacional do Livro e brevemente serão divulgadas.

SENHORES,

Não poderíamos concluir esta despretensiosa palestra, sem antes prestarmos uma homenagem de reconhecimento às gerações pas-

sadas que, aqui, em dias de outrora, emprestaram sua mais decidida colaboração à grandiosa tarefa de construir tão progressista cidade.

Em páginas anteriores, já nos referimos à notável personalidade do fundador desta cidade, Padre LOURENÇO DA COSTA MOREIRA e à dinâmica figura do criador do Instituto Eletrotécnico, Dr. THEODOMIRO SANTIAGO, além daquelas que se destacaram na vida econômica, educacional e cultural deste município, entre as quais o Cel. JOÃO CARNEIRO SANTIAGO, Presidente e Agente Executivo da 1.^a Câmara Municipal. Seja-nos, agora, permitido focalizar outros expoentes da vida itajubense que, aqui, iniciando as suas atividades na administração, no judiciário e na política galgaram os mais elevados postos no cenário do Império e da República.

É, assim, que, quando de sua emancipação municipal, em 1848, um jovem bacharel de 22 anos de idade, o Dr. JOAQUIM DELFIM RIBEIRO DA LUZ, teve decisiva atuação junto ao Governador da Província de Minas, no sentido de conseguir transformar a Freguesia de Boa Vista, em Vila de Itajubá, de cuja Câmara foi vereador, Presidente e Agente Executivo. Por suas altas qualidades de homem público e capacidade administrativa, foi sucessivamente Presidente da Província, Ministro da Fazenda, Justiça, Marinha e Guerra do Governo Imperial, tendo ainda sido agraciado com o título de Conselheiro do Império.

Já no âmbito do Poder Judiciário, ao ser criada em 1872, a Comarca de Itajubá, o bacharel ADOLFO AUGUSTO OLINTO, foi nomeado para o cargo de seu 1.^o Juiz de Direito, com a incumbência de instalá-la. Aqui permaneceu, como Juiz, durante o espaço de 18 anos e pela sua integridade e conhecimentos jurídicos, alcançou o alto posto de Ministro do Supremo Tribunal Federal.

O inesquecível WENCESLAU BRAZ, concluindo, em 1890, o Curso de Direito, em S. Paulo, exerceu o cargo de Promotor de Justiça nas Comarcas de Jacuí e Monte Santo. Ingressou na vida política em 1892, quando foi eleito Vereador e Agente Executivo da Câmara Municipal de Monte Santo e ao mesmo tempo Deputado Esta-

dual. A partir de então, rapidamente galgou todos os degraus dos cargos eletivos e administrativos até a Presidência da República. Foi êle, sem dúvida, uma perfeita síntese das altas virtudes que caracterizam o nobre povo desta terra, e no ano passado, ao completar o 1.º Centenário de seu nascimento, à sua memória, foram tributadas as homenagens de todo o nosso povo.

Traçada, pois, em linhas gerais, a brilhante história de Itajubá, e tributada a homenagem devida às suas gerações passadas, na pessoa de seus maiores vultos, resta-nos agradecer a generosidade de todos que nos honraram com a sua presença, ouvindo nossa modesta palavra que nos foi solicitada pelo eminente e dinâmico Presidente da Academia Itajubense, Prof. JÚLIO DOS SANTOS.

Cabe-nos, finalmente, formular os melhores votos para que esta admirável cidade, sob a ação dinâmica de seus filhos, atinja em curto prazo, a grandiosa projeção que bem merece no panorama econômico, social, político e cultural de Minas e do Brasil.

Itajubá, 16/MARÇO/1969.

a) - DERMEVAL JOSÉ PIMENTA

BIBLIOGRAFIA

- 1 — J. ARMELIM BERNARDO GUIMARÃES - História de Itajubá - jornal O SUL DE MINAS - 1961/1962
- 2 — GERALDO CAMPISTA - Minas de Itajubá - Revista do Instituto Brasileiro - Edição Especial - 1914
- 3 — ANTÔNIO OLINTO - Centenário do Brasil - Volume III - Fls. 46
- 4 — XAVIER DA VEIGA - Efemérides Mineiras - 1897
- 5 — DIOGO DE VASCONCELOS - História Antiga de Minas Gerais - 1904
- 6 — NELSON COELHO DE SENNA - Anuário de Minas Gerais - 1907 e 1909
- 7 — PLÍNIO SALGADO - Como Nasceram as Cidades do Brasil
- 8 — Engenheiro CARLOS EULER JÚNIOR - Relatório do Projeto da Estrada de Ferro Cruzeiro a Mogi-Mirim - 1887
- 9 — VASCO DE CASTRO LIMA - A Estrada de Ferro Sul de Minas 1934
- 10 — PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAJUBÁ - Orçamento - 1968
- 11 — I. B. G. E. - Agência Municipal de Estatística de Itajubá - 1968

Composto e impresso nas oficinas da
Gráfica PROGRESSO Itajubá Ltda.
Rua Francisco Masselli 217 - Tel. 2714
I T A J U B Á — M I N A S G E R A I S